

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.793.461 - SE (2019/0018388-9)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
EMBARGANTE : ADRIANO SILVEIRA FIGUEIREDO
EMBARGANTE : CÁSSIO SILVEIRA FIGUEIREDO
EMBARGANTE : GILSON SILVEIRA FIGUEIREDO
EMBARGANTE : GILSON DE OLIVEIRA FIGUEIREDO
EMBARGANTE : LP - REPRESENTACOES DE ARTIGOS OTICOS LTDA
ADVOGADO : JANE MOURA DE OLIVEIRA - SE008776
EMBARGADO : ESTADO DE SERGIPE
PROCURADOR : MICHELINE MARINHO SOARES E OUTRO(S) - SE002322
INTERES. : FERNANDES & OLIVEIRA LTDA
INTERES. : MILTON CARLOS FERNANDES
INTERES. : SIMONE CONCEICAO PINHEIRO NOVAIS
ADVOGADOS : HELDER SANCHES BARBOSA E OUTRO(S) - SE000203B
BRUNO FREIRE MARINHO - SE007160

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. CABIMENTO: OCORRÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO NA DECISÃO EMBARGADA. EMBARGOS REJEITADOS.

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração (fls. 2682/2684) opostos contra decisão monocrática assim ementada:

PROCESSUAL CIVIL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. CABIMENTO: OCORRÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO NA DECISÃO EMBARGADA. EMBARGOS REJEITADOS.

Em suas razões de embargos de declaração, sustenta, em síntese, que houve omissão nos seguintes pontos: "se foi reconhecido pelo TJSE que foram distribuídas duas ações idênticas e declarada a litispendência, o destino do processo deveria ser a extinção sem resolução de mérito" e "esta Nobre Corte e o próprio TJSE estão dando tratamento diferenciado em favor do Estado, que propôs erroneamente a mesma ação duas vezes e, mesmo tendo sido reconhecida a litispendência, em benevolência ao Estado, o Judiciário

vem se negando a aplicar a Lei (art. 485, V, do Novo CPC)".

Contrarrazões apresentadas (fls. 2690/2693).

É o breve relatório, decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ, segundo o qual *“aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”*.

A decisão em questão extrai-se o seguinte trecho:

A decisão embargada adotou a seguinte fundamentação:

"Quanto à questão relativa à litispendência, o tribunal de origem manifestou-se nos seguintes termos (fl. 2367e):

Ocorre que analisando os autos, percebo que os litigantes concordam que as Execuções Fiscais sejam reunidas na 20a Vara Cível, já que a Execução Fiscal mais antiga foi proposta no ano de 2007, tendo sido determinada a citação dos Executados em 06.06.2007.

Desta forma, considerando que a Execução Fiscal n.º 200712003510 fora proposta anteriormente as demais, devem inclusive por economia processual, ser reunidas na 20a Vara Cível da Comarca de Aracaju, com o que concordaram expressamente as partes litigantes.

Por fim, registro por oportuno, que já foram julgados no mesmo sentido os Agravos de Instrumento números 201600706493, 201600714772 e 201600715114, todos de minha Relatoria, em 08.09.2016 e 02.02.2017.

Esclareço ainda que já houve julgamento de recurso semelhante (AI n.º 201600714772), com os mesmos Agravantes e decisão objurgada também similar e que determinou a indisponibilidade dos bens dos Recorrentes, sem contudo, limitá-la (Processo n.º 201512202401), lembrando ainda não haver qualquer prejudicialidade no julgamento daquele em razão deste, por se tratarem de processos diferentes, correndo também em Juízo diversos.

Diante de todo o exposto, conheço do recurso, para dar-lhe parcial provimento, no sentido de determinar que sejam as Execuções Fiscais reunidas na 20a Vara Cível da Comarca de Aracaju, mantendo-se inalterados os demais termos da decisão singular (Processo n.º 201512002177).

Entretanto, a parte recorrente deixou de impugnar fundamento suficiente do acórdão recorrido, alegando, tão somente, que houve a litispendência e que, portanto, o processo deveria ser extinto sem resolução do mérito, todavia deixou de impugnar o fato de que "os litigantes concordaram que as execuções fiscais fossem reunidas na 20ª Vara Civil, já que a execução fiscal mais antiga foi proposta no ano de 2007" e que "já foram julgados no mesmo sentido os Agravos de Instrumento números 201600706493, 201600714772 e 201600715114, todos de minha Relatoria, em 08.09.2016 e 02.02.2017".

Desse modo, verifica-se que as razões recursais apresentadas encontram-se dissociadas daquilo que restou decidido pelo tribunal de origem, o que atrai, por analogia, o óbice da Súmula 283, do Supremo Tribunal Federal, as quais dispõem, respectivamente: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

Vale destacar que o princípio da dialeticidade recursal impõe ao recorrente o ônus de evidenciar os motivos de fato e de direito suficientes à reforma do acórdão recorrido, trazendo à baila novas argumentações capazes de infirmar

todos os fundamentos do *decisum* que se pretende modificar, sob pena de vê-lo mantido por seus próprios fundamentos.

[...]

Posto isso, com fundamento nos arts. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015 e 34, XVIII, *a*, e 255, I, ambos do RISTJ, **NÃO CONHEÇO** do Recurso Especial".

Como se constata, a decisão embargada contém fundamentação suficiente para demonstrar que, no caso, o óbice da Súmula 283/STF (por analogia) impede o conhecimento do recurso especial.

Com efeito, ainda que contrariamente à pretensão formulada, denota-se que o aresto recorrido consignou motivação suficiente para reputar que o embargante não impugnou todos os fundamentos do acórdão recorrido, especialmente no que diz respeito ao fato de que "os litigantes concordaram que as execuções fiscais fossem reunidas na 20ª Vara Civil, já que a execução fiscal mais antiga foi proposta no ano de 2007" e que "já foram julgados no mesmo sentido os Agravos de Instrumento números 201600706493, 201600714772 e 201600715114, todos de minha Relatoria, em 08.09.2016 e 02.02.2017".

Destarte, depreende-se dos autos que o Tribunal de origem, de modo fundamentado, tratou das questões suscitadas, resolvendo de modo integral a controvérsia posta.

Na linha da jurisprudência desta Corte, não há falar em negativa de prestação jurisdicional nem em vício quando o acórdão impugnado aplica tese jurídica devidamente fundamentada, promovendo a integral solução da controvérsia, ainda que de forma contrária aos interesses da parte.

Ressalte-se que os embargos de declaração não se prestam à manifestação de inconformismo ou à rediscussão do julgado, consoante orienta o precedente abaixo referido:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO MANDADO DE SEGURANÇA. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS PREVISTOS NO ART. 1.022 DO CPC/2015. INCONFORMISMO DO EMBARGANTE. EFEITOS INFRINGENTES. INVIABILIDADE. PREQUESTIONAMENTO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Os embargos de declaração têm a finalidade simples e única de completar, aclarar ou corrigir uma decisão omissa, obscura, contraditória ou que incorra em erro material, afirmação que se depreende dos incisos do próprio artigo 1.022 do CPC/2015. Portanto, só é admissível essa espécie recursal quando destinada a atacar, especificamente, um desses vícios do ato decisório, e não para que se adequar a decisão ao entendimento dos embargantes, nem para o acolhimento de pretensões que refletem mero inconformismo, e menos ainda para rediscussão de matéria já resolvida.

2. Ademais, o STJ possui entendimento no sentido de que não lhe cabe, na via especial, a análise de violação aos dispositivos constitucionais, ainda que com o objetivo de prequestionamento visando à interposição do apelo extraordinário, sob pena de haver usurpação de competência do Supremo

Tribunal Federal. Precedentes.

3. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no MS 22.724/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/03/2017, DJe 14/03/2017) (grifou-se)

Assim, não havendo no acórdão recorrido omissão, obscuridade ou contradição, não fica caracterizada ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015.

Diante do exposto, **rejeito** os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

